Índice

A modo de introduçom 3
As origens do movimento operário na Galiza 5
Do sindicato à central. A conformaçom da UGT e a CNT na Galiza 10
Apogeu e debacle. Da II República ao golpe de estado 13
Golpe e repressom. A morte do movimento operário 16
O ressurgir do movimento operário na década de 60 18
O nascimento do Movimento Operário Galego 20
O “pluralismo” sindical 21
Dos 80 até hoje 23
Conclusons finais 24

Aproximaçom à história do Movimento Operário Galego

A modo de introduçom

O presente documento formativo nom é umha investigaçom histórica académica mas umha ferramenta a utilizar para ajudar à formaçom de activistas. Esta apreciaçom inicial fazemo-la para advertir que quem quiger conhecer em profundidade a história do movimento operário galego deve acudir a outras fontes (algumhas das quais se podem topar na bibliografia recolhida como anexo), e também para justificar a ausência de umha maior dedicaçom na explicaçom de determinadas questons referentes ao contexto geral nas que se desenvolveu o sindicalismo e a auto-organizaçom operária no nosso país. Aprofundar com um mínimo de rigor num tema tam extenso requereriria de muito mais tempo e espaço do que dispomos.

Aliás, em contraste com umha investigaçom histórica ao uso cá nos deteremos na reflexom daqueles aspectos que consideramos mais importantes para a formaçom de militantes, é dizer na análise de formas organizativas ensaiadas com anterioridade e na repercussom que as acçons do pasado tivérom na conformaçom do movimento operário na actualidade.

BRIGA numha mobilizaçom operária

Como ponto de partida começaremos por enunciar umha série de questons básicas que devemos ter presentes:

1. Restringiremos o tema a estudar estrictamente o sindicalismo operário tal e como é concebido na actualidade, restringido-nos às actividades industriais e de serviços sem tratar a questom agrária. Esta restriçom do objecto de estudo responde unicamente às condiçons do tempo actual enquanto em tempos passados o sindicalismo agrário chegou-se a integrar na actividade das centrais operárias, ainda que fora mantendo sempre umha especificidade própria derivada do facto de que na Galiza o agrarismo nom é um movimento de assalariad@s senom de pequen@s proprietári@s.

2. Umha outra restriçom que nos impomos é a de centrar-nos nas estruturas sindicais deixando numha situaçom secundária e subsidiária outras formas de organizaçom do

movimento operário às que apenas nos referiremos na sua relaçom com a praxe sindical, estamos a falar dos partidos políticos.

3. Se bem é certo que nom podemos falar dum Movimento Operário Galego com maiúsculas, isto é, que assuma conscientemente a realidade nacional galega, até a década de 70 do século XX; o certo é que a particularidade da situaçom socioeconómica da Galiza como área periférica no desenvolvimento capitalista caracterizou com traços particulares o movimento operário do País desde as suas primeiras etapas.

4. Embora exista um desenvolvimento autóctone claramente diferenciado e condicionado pola situaçom periférica, atrasada e dependente da economia galega, nom existe um isolamento absoluto senom que o movimento operário da Galiza estará influenciado por achegas externas e em relaçom com o movimento operárioo internacional desde etapas muito antigas. Aliás, no meio de um panorama geral de atraso e subdesenvolvimento económico existem sectores e áreas geográficas nas que se darám condiçons de industrializaçom a uns níveis equivalentes às áreas mais dinámicas da economia mundial.

As origens do movimento operário na Galiza

As condiçons de produçom na Galiza do antigo regime eram equivalentes às existentes no geral da área europeia. O grosso da populaçom dedicava-se às actividades agrárias trabalhando terras em regime de arrendamento sob a forma de foro, em contraste com o trabalho servil geralizado em regions como as do sul da Península Ibérica. As actividades artesanais centravam-se fundamentalmente nos pequenos núcleos urbanos e organizavam-se normalmente de acordo com o sistema gremial. O proprietário da oficina era o mestre que contratava como assalariados a oficiais e aprendices. Assim o proprietário desenvolvia também actividades produtivas em funçom da sua condiçom de máximo especialista, aliás o número de empregados era mínimo e polo geral parte deles pertenciam à família do mestre.

Muitas eram as diferenças jurídico-políticas entre aqueles tempos e a situaçom actual, e algumhas supunham notáveis atrancos para o desenvolvimento do modo de produçom capitalista. Assim o regime de propriedade da terra, os regulamentos gremiais ou os modelos de propriedade comunal vam ser objecto de contínuos ataques por parte de quem pretender acumular riqueza em base ao processo de acumulaçom e reproduçom do capital no quadro de umha "economia livre".

Na Galiza no tocante a produçom manufactureira as limitaçons à "livre empresa" serám menores enquanto o peso dos grémios nom era tam importante como noutras zonas da Europa. O grémio é fundamentalmente umha instituiçom urbana e cá as chamadas cidades que existem no século XVIII realmente nom passavam do status de vila, o que impedia a formaçom de poderosos grémios. Porém nom há um tránsito apacível de um modo de produçom a outro enquanto sim que existírom resistências.

Casos paradigmáticos som as revoltas que se dam na zona de Cervo na Marinha contra a expropriaçom de terrenos comunais em favor das ferreirias propriedade do Marquês de Sargadelos, ou os conflitos que se dam nas Rias Baixas entre marinheiros "matriculados" (inscritos nos "grémios de mareantes") e os empresários de origem catalám que venhem às nossas costas com novas formas de pesca. Estes conflitos nom som em nengum caso de tipo sindical enquanto nom confrontam patrons com assalariados, mas dous modos de produçom diferenciados. Finalmente,

acabaria por se impor o modelo capitalista embora no nosso país as pervivências do anterior modo de produçom serám maiores que em áreas mais avançadas.

Porém, será também neste mesmo período, na segunda metade do século XVIII, e em relaçom directa com este processo de modernizaçom e substituiçom de regime económico quando tenhamos o nosso primeiro conflito puramente operário. Trata-se das revoltas de carácter "ludista" que se darám em especial na ria de Muros contra as novas artes introduzidas polos empresários pesqueiros cataláns.

Estes motins "anti-modernos" da área muradana embora passassem à investigaçom histórica sob o nome de "ludistas" o certo é que deveríamos questionar tal denominaçom enquanto é muito difícil que existira algumha classe de contágio entre Inglaterra e o nosso país nesta questom. Nom se deveu tratar, logo, de um movimento propriamente dito, polo contrário do que no caso inglês, senom de umha reacçom espontánea que vê nos avanços técnicos a origem do seu problema de um jeito um tanto simplista. De facto começaremos a falar de movimento operário propriamente dito quando se comece a discernir que o problema nom está na técnica senom no proprietário dessa técnica.

Mas o principal obstáculo para o desenvolvimento do movimento operário na Galiza nestes primeiros compasses da expansom capitalista vai estar precisamente na lentidom e atraso com o que se dá o processo de modernizaçom económica no nosso país. De facto, enquanto na Europa se dam constantes avanços e recuamentos na tomada de consciência proletária, especialmente na Inglaterra, que acabarám por dar na configuraçom das primeiras organizaçons sindicais e políticas da classe operária o ritmo na Galiza será muito mais pausado ainda que nom inexistente.

Fábrica de tabacos

Lembremos que na Galiza de meados do sec. XIX as únicas grandes concentraçons operárias conhecidas som o Arsenal em Ferrol e a Fábrica de Tábacos da Corunha. Para além destas, dependentes da iniciativa estatal, tam só ao longo de um processo demorado de acumulaçom de capital acabarám por se conformar iniciativas industriais de um mínimo peso na cosntruçom naval e na conserva nas últimas décadas desse século. Em geral o panorama económico galego do XIX é de umha sociedade em transformaçom que perde populaçom agrária a marchas forçadas, mas que nom vai virar numha industrializaçom autóctone senom que irá para fora das nossas fronteiras.

Contodo, na década de 70 do sec. XIX no meio dum oceano agrário nas pequenas ilhas urbanas agromarám por fim as formas orgánicas de um novo sujeito social na Galiza o movimento operário. Estas formas artelharám elementos procedentes desses restritos núcleos de autêntico proletariado existente arredor da pesca e da construçom naval mas também de um relativamente amplo espectro de sectores assalariados que vinham agromando nas vilas e cidades com a evoluçom das formas de produçom nos antigos sectores artesanais.

Cooperativas, mútuas e sociedades operárias

Em 1868 a chamada "Gloriosa Revoluçom" derroca a rainha Isabel II e impom um regime político de nova planta em que pola vez primeira se instaura o sufrágio universal masculino. Com esta medida favorece-se que amplos sectores da populaçom anteriormente marginados da vida política passam a cobrar importáncia, embora seja como simples comparsas dos partidos burgueses.

As obras servirom de via de entrada para o sindicalismo

Assim um destes partidos, o Partido Republicano Federal, levará avante umha campanha de propaganda e aproximaçom às camadas populares com um notável éxito entre os sectores operários.

O enfoque dos federais a propósito da questom operária caracteriza-se polo confusom própria das propostas utópicas, de facto, dentro da multidom de sectores que integram esse partido dirigido por elementos avançados da pequena burguesia existem elementos que proclamam a sua adscriçom a correntes socialistas, que nom marxistas. Para além destes sectores "socialistas" existem também outras tendências dentro do partido que nom podem ocultar que por trás da propaganda populista a sua preocupaçom polo proletariado nom passa de ser mais do que umha prática de oportunismo, como demonstrarám posteriormente com umha errática política de alianças.

Contodo deste achegamento do federalismo ao proletariado nascem a começos da década de 70 as primeiras organizaçons netamente operárias. Trata-se polo geral de cooperativas de consumo, mútuas de socorro ou associaçons em sentido lato. Os seus objectivos tendem a paliar os efeitos mais nocivos da situaçom de exploraçom que sofre a classe operária mais que a serem sociedades reivindicativas. Aliás nos seus estatutos costumam recolher intençons de carácter formativo e defensoras da moralidade, assim como umha suposta estricta neutralidade política e religiosa. Ainda que a influência federal fosse evidente e o facto de defender a neutralidade religiosa na altura era o mesmo que declarar-se abertamente anticlerical.

A evoluçom política que acabará por levar ao fracasso à tentativa republicana de 1873 e a reimpor a monarquia borbónica assim como a pressom emergente de um novo actor político, a Associaçom Internacional de Trabalhadores que contará com presença na Galiza desde 1871, fará com que o peso federal no movimento operário será cada vez menor e que as suas legítimas filhas, as sociedades cooperativas e de socorros, evoluam com o tempo a se converter polo geral em doóceis comparsas da patronal defendendo a conciliaçom entre classes. Reparemos em que umha parte dessas sociedades criadas a finais do XIX ainda vam existir na actualidade ainda que perdendo a sua condiçom de vencelho com o republicanismo federal e mesmo servindo como exemplo de formas organizativas que depois adoptaria o chamado "sindicalismo livre" ou "amarelo".

Certo é que as formas da cooperativa e a mútua também serám adoptadas polas duas grandes correntes operárias que se disputarám a hegemonia do movimento nos começos do século XX, mas só como forma subsidiária do principal instrumento de luita, o sindicato.

A irrupçom da AIT na Galiza

Em setembro de 1864 era fundada em Londres a Associaçom Internacional de Trabalhadores, conhecida posteriormente como a 1ª Internacional, a organizaçom com a que se dá por fundado o movimento operário moderno. Em 1869 fundava-se em Madrid o primeiro núcleo provisional do Estado espanhol, e em 1870 em Barcelona celebrava o primeiro congresso a Federaçom Regional Espanhola da AIT.

Como já dixemos a AIT aproveitará-se do oportunismo dos federais para atrair para si os operários descontentes com a evoluçom política daquele partido. No nosso caso tem umha especial importáncia a traiçom de destacados chefes do partido federal, que aceitam e juram a Constituiçom monárquica de 1869, em contraste com decenas de operários do Arsenal de Ferrol que como trabalhadores públicos sendo forçados a jurar a nova constituiçom, negam-se, perdendo o seu trabalho. Assim será entre estes operários radicalizados e desiludidos do Arsenal onde nasça o primeiro núcleo da AIT no nosso país.

A AIT instala-se no nosso país num período especialmente convulso, o de finais do Sexénio Revolucionário, tempo em que som constantes os motins e revoltas populares. A participaçom da AIT nestes é pequena por nom dizer nula, tendo em conta a sua reduzida força numérica na Galiza e a sua centralidade urbana, já que a maior parte de motins se dam em áreas rurais. Porém isto nom será obstáculo para que coincidindo com a criminalizaçom que a AIT sofre a escala internacional, derivada dos sucesos da Comuna parisina, as diferentes forças interessadas em parar o seu crescimento levem avante umha campanha de injúrias e criminalizaçom também aqui. Campanha em que o federalismo é especialmente activo enquanto competia directamente com a AIT pola influência entre as massas operárias.

Apesar dessa campanha de acossa e criminalizaçom nom se pode impedir que na Corunha se constitua em 1871 umha federaçom local da AIT que integra quatro secçons de ofícios, embora nom consiga filiar trabalhadoras da fábrica de tabacos ficando restringida a sua acçom a sectores do artesanato mais ou menos proletarizado. Porém o certo é que a resposta do federalismo de fomentar a criaçom de sociedades e cooperativas operárias também terá o seu sucesso, nom conseguindo impedir a implantaçom da AIT em Ferrol e na Corunha mas quando menos bloqueia a sua expansom ao resto do País.

Polo que toca ao confronto mundial entre marxistas e bakunistas que levará à cissom da AIT o certo é que na Galiza, ao igual que na maioria da FRE, a maioria da organizaçom tenderá a aderir à tendência anarquista. Curiosamente esta filiaçom anarquista nas duas únicas federaçons locais da AIT do nosso país terá um porvir bem diferente. No caso corunhês a adscriçom ao anarquismo condicionará o movimento operário da cidade durante as seguintes cinco décadas, pola contra em Ferrol a participaçom da AIT na fracasada insurreiçom republicana de outubro de 1872 mostra como o movimento operário desta cidade embora esteja adscrito às teses internacionalistas abre-se a outras correntes políticas.

O panorama geral do mundo operário que topamos a finais do Sexénio Revolucionário é, ainda que num primeiro momento pudesse parecer debilitado pola repressom que segue à restauraçom borbónica e que afecta a todo o que cheire a minimamente progressista, o de um movimento em expansom onde convivem quando menos três tendências: a AIT, o federalismo e toda umha série de sociedades operárias sem significaçom política que nos seguintes anos se irám posicionando à volta do que no seguinte período conformarám as duas grandes facçons do movimento: socialismo e anarquismo.

Acçom dos piquetes

Além do mais nestes convulsos anos de relativas liberdades o fermento do associacionismo e a propaganda acaba por dar nos primeiros conflictos laborais de signo moderno. Destacam duas greves convocadas a primeira na Corunha e a segunda em Compostela, ambas em Outubro de 1872. No primeiro caso convoca-a a Federaçom Local da AIT e afecta a secçom de carpinteiros que reivindicam a supressom da "velada" (as horas de trabalho nocturno); no segundo é a "Sociedade Cooperativa de Operários" ligada aos federais a que convoca umha greve dos oficiais de sapataria reclamando subidas na tarifa por peça realizada.

À hora de analisar estes dous conflitos temos que reparar em vários aspectos afins que nos permitem reflectir sobre as particularidades da situaçom da classe operária galega na altura. Nos dous casos nom se trata de actividade industrial pura regida polas normas da exploraçom capitalista senom de actividades onde ainda pervive a organizaçom gremial, o sujeito da greve som os oficiais e os patrons ainda som mestres; repare-se que em Compostela nom se reivindica subida de salário senom de preço por peça.

Porém ainda que a realidade laboral ainda apresenta formas arcaicas o certo é que o conflito se dá numhas condiçons que a dia de hoje nom resultam em nengum caso extranhas. Assim, à unidade solidária dos grevistas corresponde-lhe umha unidade semelhante por parte dos patrons que mesmo ameaçam aos outros mestres que nalgum momento manifestam a vontade de ceder às demandas operárias. Aliás o recurso por parte da patronal à violéncia exercida por forças policiais dá-se desde um primeiro momento, e mesmo o recurso a fura-greves. Assimesmo umha dinámica imprensa tanto de matiz operário como de carácter generalista dará ampla difusom dos conflictos o que favorecerá o seu conhecimento polo público e a criaçom de um amplo debate social que servirá para expandir a auto-organizaçom operária.

Com a queda da república em 1874 abre-se um novo período caracterizado pola repressom. A AIT é ilegalizada e o conjunto de sociedade operárias vem-se submetidas a um férreo controlo que as leva a um refluxo na sua actividade quando nom à sua desapariçom. Porém, a apertura liberal do regime que se começa dar a partir da década de 80 permite umha reactivaçom do movimento operário que vai desenhar umha nova etapa que chega até a década de 20 do seguinte século.

Do sindicato à central. A conformaçom da UGT e a CNT na Galiza

Após a queda traumática da I República poderíamos dizer que a sensaçom geral entre o movimento operário galego, em especial entre o que se ligava ao republicanismo federal foi o de desencanto com a política. Esta situaçom de desencanto subjectiva combinou-se com a necessidade objectiva da classe operária por defender nom já os seus direitos, dos que na altura nom podia reivindicar nengum estipulado por lei, senom umha mínimas condiçons de subsistência. A modo de exemplo podemos recolher algumhas reivindicaçons propostas nalguns conflitos de finais do XIX para entender ao que nos referimos como condiçons objectivas.

Imagem de asteleiros

Assim às já referidas de Outubro de 1872 dos carpinteiros da Corunha contra o trabalho nocturno e dos sapateiros compostelanos pola subida das tarifas, podemos sumar umha outra reclamaçom dos empregados das barbearias da capital galega para que se lhes permitisse nom trabalhar as tardes dos feriados e domingos. Duas décadas depois umha assembleia operária em Compostela no ano 1890 acorda reivindicar as seguintes questons: Jornada laboral de 10 horas no verao e 8 no inverno (o normal era trabalhar de sol a sol), aboliçom do trabalho extraordinário de existir parados na localidade, aboliçom do trabalho nocturno, retribuçom dupla do trabalho extraordinário, igual salário em verao e em inverno para além das horas trabalhadas, nom admissom de empregados por baixo dos 14 anos e sempre que acreditem saber ler e escrever, e descanso semanal de 36 horas continuadas.

Temos que recordar que na altura nom existia negumha clase de cobertura social fornecida polo estado assim como negum regulamento de carácter laboral de obrigado cumprimento. A arbitrariedade das disposiçons impostas pola patronal só podia ser contestada pola capacidade de pressom da classe operária. Esta situaçom favorece que ao longo das duas últimas décadas do século XIX se multipliquem as associaçons e sindicatos operários que surgiram lá onde haxa umha mínima concentraçom de mao de obra asalariada: cidades e vilas importantes. A lei de associaçons de 1887 permite que estas organizaçons actuem dentro da legalidade, facto este, que o favorecerá.

As condiçons económicas de finais de XIX e XX favorecerám este crescimento relativo do

movimento operário, embora tenhamos que ter sempre presente o reduzido número da classe operária em relaçom com o total da populaçom. Nesta época consolida-se a indústria da conserva que fará de Vigo o grande centro operário do País junto aos já tradicionais de Ferrol e A Corunha. Aliás o processo de crescimento das vilas assim como a construçom de infraestruturas favorecerá a expansom do obreirismo a entidades populacionais de menor importância, situaçom que também se verá nos portos de mar onde os marinheiros tenderám a organizar-se. Contodo a taxa de sindicaçom geral será bastante baixa ainda dentro do total de assalariados em comparaçom com a que se dá noutras zonas do estado, facto no que influe a persisténcia de um modelo laboral nas áreas rurais onde o trabalho assalariado nom passa de ser um complemento da actividade principal que continua a ser a ágricola.

Um traço particular da realidade galega da altura da mudança de século é o contínuo recurso da patronal galega à contrataçom de fura-greves portugueses. Diante desta realidade as sociedade operárias de um lado e outro da raia darám um magnifico exemplo de solidariedade internacionalista e eficiência sindical com a constituiçom da Uniom Galaico-portuguesa que durará entre 1901 e 1904. Esta organizaçom rematará por morrer quando o factor desencadenante passe a ter umha importáncia marginal na actividade laboral.

A evoluçom do movimento operário nesta época podemo-la caracterizar como de maduraçom e concentraçom. Progressivamente a tendência federalista irá perdendo peso até se converter nalgo residual na década de 20 do século XX, ao tempo os diferentes sindicatos de ofício de carácter local tenderám a converger nas duas grandes centrais operárias que chegarám ao seu máximo desenvolvimento no período da II República. Mas este processo será longo e demorado como demonstra o facto de que ainda em 1903 d@s 15.000 afiliad@s galeg@s às diversas sociedades de resistência menos da metade faziam parte da UGT ou das federaçons de signo libertário que precedêrom à CNT.
Aliás, a particularidade da formaçom social galega na que a pervivência de elementos de atraso som mais que evidentes levam a que a adscriçom a umha outra corrente dalgumha sociedade seja puramente acidental existindo vários casos de sindicatos locais que oscilarom de umha a outra central ao longo do tempo; ou mesmo casos em que em cárregos de responsabilidade dos sindicatos anarquistas haja militantes socialistas como acontecia em Porto Doçom.

A UGT fundará-se no Estado em 1888 e chegará ao nosso pais da mao da sua organizaçom irmá, o PSOE, pouco tempo depois. Já em 1891 há federaçons socialistas em Ferrol, A Corunha e Compostela. Pola sua banda o anarquismo vivirá um processo mais convulso, depois do esfarelamento da FRE da AIT constituirá-se em 1881 a Federaçom de Trabalhadores da Regiom Espanhola, mas a sua vida também nom será excessivamente tranqüila, passando por etapas de ilegalizaçom e ressurgir até que em 1911 as diferentes federaçons de carácter anarquista por iniciativa do sindicato Solidariedade Obreira levem avante a constituiçom da Confederaçom Nacional do Trabalho.

O evoluir do movimento operário na Galiza debuxará um mapa no que as duas centrais se repartam áreas de influência que permanecerám até o golpe de estado do 36. Assim Corunha e Compostela seriam áreas de tradiçom anarquista, ao tempo que Vigo, Ferrol e Ponte Vedra seriam-no de adscriçom socialista; embora nesta última cidade tivera um especial peso o PC já desde os anos 20.

Apesar do relativamente escasso peso numérico da filiaçom sindical o certo é que a sua concentraçom precisamente naquelas áreas geográfica e sectores estratégicos permitiu

que o movimento operário atingira um relevo social muito mais elevado do que em puridade por umha simples regla proporcional lhe corresponderia. A isto contribuiam os sucessos nas luitas como a consecuçom em 1908 do estabelecimento da jornada laboral de 8 horas no sector da cosntruçom na cidade da Corunha.

O processo de concentraçom sindical, ainda que nunca se chegou a concluir de todo, podemo-lo dar por finalizado à volta dos anos 1916-17. Neste tempo as organizaçons sindicais chegam ao seu máximo desenvolvimento prévio à crise da que nom sairám até a proclamaçom da república. As convulsons sociais que sacudem a etapa final da monarquia de Alfonso XIII chegam ao topo com a convocatória da greve geral revolucionária de 1917. Greve fracassada à que lhe segue a conseguinte repressom e perseguiçom do movimento operário, reforçado polo medo das novas que chegam da Rússia soviética. Se com este fracasso nom for suficiente a evoluçom política do sistema da restauraçom entra numha queda em barrena que leva ao golpe de estado de Primo de Rivera em 1921.

A implantaçom da Ditadura militar terá um efeito geral de desmobilizaçom embora afecte de forma muito diferente a umha e outra central. Enquanto a CNT e ilegalizada a UGT é tolerada enquanto assume a participaçom nos órgaos de concertaçom laboral criados pola dictadura. Isto provocará que durante a década escassa que o general Primo permaneça no poder a UGT contará com umha capacidade de manobra e presença muito maior que os sindicatos anarquistas. Assim a UGT mesmo chega a medrar a sua filiaçom no período ditatorial, mas nem todo o sindicalismo vai ir face a UGT senom que ainda continuarám a existir sindicatos autónomos e mesmo algum sindicato anarquista aceitará participar dos tribunais paritários da ditadura saltando-se a ortodoxia. De facto em plena ilegalidade a CNT funda a Confederaçom Regional Galaica no 1923 o que demonstra que nom só nem estava morta mas que aperfeiçoava a sua estrutura para adecua-la à realidade.

Para além do sindicalismo socialista e anarquista, assim como da pervivência de um certo sindicalismo “autónomo” de carácter gremialista; nestes primeiros compases do século XX veremos a apariçom de um fenómeno relativamente novo como é o do “amarelismo”. Isto é de organizaçons operárias ligadas aos interesses patronais que actuavam negando a contradiçom de interesses entre o capital e o trabalho e favorecendo a conciliaçom de classe. Estes sindicatos, agrupados alguns deles na Federaçom de Sindicatos Livres em multidom de ocasions aparecem ligados à actividade social da igreja católica.

Apogeu e debacle. Da II República ao golpe de estado

A queda da monarquia borbónica e a proclamaçom da República abrem o processo de maior expansom e crescimento do movimento operário da Galiza. A saída da clandestinidade de umha CNT que recuara mas nom desaparecera acarom de umha UGT que nom sofrera especialmente, situam os sindicatos numha cojuntura imelhorável para medrar num momento de efervescência política.

As taxas de filiaçom sindical em 1932 davam arredor de 30.000 filiad@s para cada sindicato, cifras que aumentam no 1936 a 40.000 para a CRG-CNT e 45.000 para a UGT. Este aumento nom é só numérico senom que também se dá umha extensom territorial já que os sindicatos chegam a novas áreas da mao da penetraçom no movimento agrarista e da extensom das obras do caminho de ferro. Assim junto aos núcleos tradicionais do movimento operário vemos como as sociedades se estendem por áreas onde a industrializaçom é quando menos escassa como Monforte ou Maceda no interior, e a prática totalidade dos portos pesqueiros da Guarda até Ribadeu. Nestas novas áreas que conquista o movimento operário constituem-se sociedades da construçom, de agricultores, de pescadores ou de ofícios vários para integrar ao escasso proletariado que exista.

Mobilizaçom obreira

Na Galiza a diferenciaçom entre a praxe da UGT, possibilista e pragmática, frente a umha CNT, intransigente e revolucionária, dá-se mas em termos mais relaxados que noutras áreas do Estado. De facto o papel da FAI na CRG será realmente cativo, e a central anarquista mesmo chegará a participar nalguns casos dos organismos de conciliaçom com a patronal que estabelece a nova legislaçom.

Em termos gerais o modelo organizativo das centrais sindicais continuará a ser o mesmo, o de sindicatos de ofício integrados numha federaçom local. Mas a persistência no tempo fará que se aperfeiçoem as formulas organizativas tendendo cada vez mais à integraçom de federaçons de ramo de carácter estatal caso da Federaçom Nacional de Trabalhadores da Terra da UGT, que agrupará as sociedades agrárias de filiaçom socialista, ou os Sindicato Nacional de Ferrocarris e o Sindicato Nacional da Indústria Ferroviária socialista e anarquista respectivamente.
Mas o caso de mais sucesso e sem dúbida mais interessante da nossa óptica é o do

Sindicato da Indústria Pesqueira organizado pola CRG-CNT. Este sindicato de ramo fundará-se em 1926 embora seja no período republicano quando atinja o seu pleno desenvolvimento.
O SIP supom a fractura da tradicional divisom por ofícios das federaçons sindicais para passar a integrar a totalidade de um ramo industrial. Os dirigentes da CRG conseguem artelhar umha ferramenta de luita ideal para se enfrontar com umha patronal pesqueira na que também covergem os diferentes aspectos da actividade pesqueira. O SIP nom organiza tam só a pescadores senom a estes junto a transportistas, redeiras, estibadores, etc... apresentando como bloco unido a toda umha série de trabalhadores/as ligados nom por ter a mesma actividade senom por trabalhar para um mesmo sector produtivo.

De facto o papel do SIP será fundamental num dos mais importantes conflictos do primeiro período republicano na Galiza, a greve da pesca em Vigo de 1932. Neste conflicto que se prolongou durante 5 meses e acabou com umha saída negociada entre patronal e sindicato dérom-se aspectos que exemplarizam o funcionamento da actividade sindical da época sob a óptica anarquista.
O conflicto tem umha origem escura enquanto diferentes versons alegam que a conflictividade de baixa escala no sector da conserva derivava da competência entre o SIP e sociedades de influência comunista pola hegemonia sindical dentro da recém criada na altura factoria de Alfageme. Seja como for o detonante da questom, o certo é que deriva numha greve em que o SIP se confrontava à patronal que pretendia impor umha série de modificaçons nas bases de contrataçom que afectavam aos períodos de descanso e a hegemonia do SIP para gerir a bolsa de trabalho.
Durante o conflicto desenvolvêrom-se multidom de formas de luita para além da greve que se acompanhou de manifestaçons, reparto de propaganda, boicotagens, pressom política nas instituiçons e acçom directa. Umha acçom directa que chegou ate o atentado com arma de fogo contra o advogado da patronal Valentim Paz Andrade.
Neste conflito manifestou-se o carácter heterogéneo do anarco-sindicalismo galego onde conviviam elementos que nom desbotavam o emprego de canles legais, em aberto contraste com a ortodoxia anarquista, com partidários da acçom directa.

Um elemento de novidade que aparecerá neste período no seio do movimento operário na Galiza será o Partido Comunista. Este partido que, em comparaçom com os dous grandes blocos da esquerda operária CNT e PSOE-UGT, terá umha importáncia pequena polo seu número de filiad@s levará avante umha política sindical própria caracterizada num primeiro momento pola tentativa de configuraçom dumha nova central a Confederaçom Geral de Trabalhadores Unitária a partir da sua influência em sindicatos autónomos e do esgaçamento de sociedades ligadas às outras centrais. A vida do projecto da CGTU será efémera enquanto a partir de 1934 a consigna comunista mude face o frentepopulismo pulando pola fusom entre UGT e CNT partindo primeiro do achegamento entre comunistas e socialistas. Esta via parecia ter visos de sucesso enquanto antes do golpe de estado os comunistas conseguem unificar sob a sua direcçom as organizaçons juvenis socialistas e comunistas.
Em geral a acçom comunista no campo sindical restringirá-se a influência nalguns sindicatos autónomos, ao controlo da maioria das sociedades operária de Ponte Vedra cindidas da UGT no 1922 e a presença de individualidades destacadas em organizaçons como a Associaçom de trabalhdores da Ensinança de Ourense.

Também deveríamos mencionar cá a apariçom dumha outra formaçom política, o Partido Operário de Unificaçom Marxista, que terá certa influência entre os sindicatos do SIP da zona de Ribeira.

De estarmos a falar da história política deste período seria obrigado que cá nos referiramos com maior pormenor aos avatares daqueles escassos 6 anos de experiência republicana, nos que a participaçom do movimento operário foi capital, mas como já anunciamos a restriçom do nosso interesse tam só exporemos o seguinte.
Em geral o período republicano favoreceu a expansom do associacionismo operário e as melhoras das condiçons de vida. As conquistas no tocante a jornadas e salários fôrom muitas, destacando entre elas a consecuçom da jornada semanal de 44 horas na triunfante greve do metal viguês em 1935-36. Mas neste período a expansom do movimento operário nom se pode restringir só ao exclussivamente sindical.
Durante a república som centos as publicaçons de carácter operário, multiplicam-se as Casas do Povo e os Ateneus Operários, as mobilizaçons som massivas e a força dos sindicatos é temida por um capital que nem pode fazer outra cousa que aderir ao fascismo para pôr ordem numha sociedade que ia caminho da revoluçom.
Tenhamos em conta que em 1934 o movimento operário resposta com umha insurreiçom revolucionária às medidas anti-poulares do governo direitista. Insurreiçom fracassada mas que tam só ano e meio depois vai seguida de um triunfo eleitoral sem precedentes da esquerda.

Polo que nos toca a este país, no período final da 2ª República semelhava que a Galiza somava-se a um processo de transformaçom social sem precedentes. As cifras de filiaçom sindical disparavam-se e o movimento operário, enaltecido pola victória eleitoral da Frente Popular, estava à ofensiva após o período de refluxo depois de 1934. Mas o golpe pareceu chegar demasiado cedo como para que na Galiza a resistência pudsse ter derrotado os militares.

Golpe e repressom. A morte do movimento operário

Por duro que poda parecer, o certo é que se perguntamos que fica na actualidade do movimento operário de preguerra deveríamos responder que nada, ou sendo muito generos@s, muito pouco.

É sabido que no nosso país a sublevaçom militar triunfou com relativa rapidez, e que precisamente lá onde esse triunfo se demorou mais tempo foi onde as organizaçons operárias tinham mais força: Tui, Lavadores, Lousame, etc. nomes ligados à resistência operária, e que sofrêrom duramente a repressom.

Ressumindo a questom de um jeito um tanto apressado, mas em termos gerais correcto. O que se passa com o movimento operário na Galiza após o golpe do 36 é que a repressom funciona de acordo aos objectivos que buscava. As cifras de mortos nos primeiros meses oscilam entre os 3000 e os 10000, sendo boa parte destes mortos filiad@s e dirigentes das organizaçons operárias; mas para além d@s mort@s temos que ter em conta o imenso número de pres@s e exiliad@s. A repressom consegue descabeçar as organizaçons sindicais atacando às lideranças e quadros intermédios e gerando um clima de terror geralizado entre a mais ampla massa de filiad@s.

Por outra banda temos de ter em conta que para quem conseguir safar da repressom e permanecer no País sem abandonar o compromisso político, a prioridade durante os primeiros anos da ditadura nom vai estar na actividade sindical reivindicativa senom noutros temas como a solidariedade com @s pres@s e as suas famílias, a actividade guerrilheira ou a conspiraçom política no seu senso mais amplo.

Reparemos que até polo menos o final da 2ª Guerra Mundial aínda existia umha confiança entre o anti-franquismo numha rápida queda da ditadura e a restauraçom da República. Enfoque que a história nom tardaria em demonstrar errado.

Polo tocante à parte puramente sindical a situaçom para as duas centrais será relativamente diferente durante as duas primeiras décadas do franquismo, embora o resultado acabe por ser o mesmo. Enquanto que da UGT praticamente temos que falar da sua defunçom imediata, a CNT tentará reorganizar-se nestes primeiros anos mantendo umha mínima estrutura clandestina. Mas em todo o caso como já dixemos o prioritário nom será a reivindicaçom laboral senom outro tipo de actividade mais “política”. Finalmente a repressom e a divisom sofrida pola maior parte das organizaçons republicanas no exílio reduzirám a actividade dos restos organizativos do movimento operário de preguerra a umha questom testemunhal, com a excepçom do PCE, no renascer

do bulir operário a partir da década de 70.

Como elemento novidoso neste período temos que resaltar a criaçom por parte do regime fascista dumha proposta “sindical” própria. A CONS (Central Obrera Nacional-Sindicalista), que nascera nos últimos tempos da república como umha organizaçom gerada pola FE das JONS, com umha filiaçom muito reduzida, passa a fazer parte do aparelho de Estado e sendo de filiaçom obrigada para obreir@s e patrons desde 1940. A estatalizaçom das relaçons laborais dará pé a que com posterioridade se crie umha via legal por onde as novas fornadas de proletariado organizado podam actuar.

Fora da acçom política das organizaçons sindicais, neste tempo nom deixa de existir um fermento para a explosom da classe operária submetida a umhas condiçons de exploraçom especialmente duras (lembremos que até finais da década de 50 a maior parte dos produtos de primeira necessidade estám racionados), contexto em que se dam as greves de Ferrol e Vigo no 1946 contra a reduçom da raçom de azeite. Mas a repressom geralizada num tempo ainda muito próximo a etapa dos passeios e no que na Galiza actua umha guerrilha contra a que se mobilizam multidom de meios policiais e militares impedem que estas greves nom sejam outra cousa que fenómenos pontuais.

O ressurgir do movimento operário na década de 60

Para entender porque é na década de 60 o momento no que o movimento operário ressurge na Galiza, e no resto do estado, teremos que ter em conta dous factores fundamentais.

Em primeiro lugar, as mudanças no anti-franquismo. O principal actor do novo período será o PCE, praticamente o único supervivinte das forças republicanas que mantém umha presença no interior do Estado. O PCE a partir da década de 50 impulsionará umha mudança de linha política, abandonando a estratégia de derrubamento do regime pola acçom militar e procurando novas vias de acçom política com carácter de massas.
Acarom do PCE aparecerám vestígios de novas organizaçons de matriz esquerdista e com vontade de actuar no seio da classe operária. Alguns destes grupos provenhem do próprio PCE, mas curiosamente há umha outra fonte de formaçom de novos quadros e activistas sindicais que terá um papel fundamental nesses primeiros compasses. Esta fonte será o catolicismo militante, e mais em concreto a Hermandad Obrera de Accion Católica (HOAC) e a Juventud Obrera Católica (JOC), organizaçons nom só toleradas senom que inteiramente legais para o regime.
A origem destes novos activistas no seio de organizaçons da igreja nom surpreende tanto se tivermos em conta que na altura perante estas organizaçons nom aparece nengumha estrutura de classe operária que poda fazer frente à sua acçom. Nom se dá já o contraste entre a acçom de socialistas e anarquistas e a do assistencialismo católico. Assim sem antagonista directo é no próprio seio das instituiçons sociais da igreja onde surge a contradiçom, quando um número bastante amplo de propagandistas católicos com boas intençons chocam umha e outra vez contra a dura realidade da opressom do capital. Parte destes activistas sofreram um processo de conscientizaçom e radicalizaçom que os porá, alguns ainda dentro da HOAC e outros já fora, na primeira linha do ressurgir do movimento operário.

O segundo factor é a própria mudança da sociedade. Os anos 60 som um período de expansom económica e de relativa estabilidade política. Já existe na altura umha geraçom que nom conheceu a guerra e para a que as misérias da posguerra som um difuso recordo da infância.
Assimesmo o regime, embora continue a ser umha férrea ditadura, modificou as aristas mais bastas da repressom da primeira época. Nom se vive numha democracia mas já nom som os brutais tempos da repressom dos anos imediatamente posteriores à guerra. Mesmo se pode chegar a dizer que o franquismo está tranqüilo após liquidar a prática totalidade dos seus inimigos políticos, com a excepçom do PCE, ainda que mesmo o PCE já nom é o que era.

A posibilidade de umha quebra súpeta do regime, muito presente durante a década de 40, está definitivamente esquecida enquanto o Estado espanhol viu bendecida a sua situaçom com o plácito da potência mundial hegemónica, os EUA.

Neste contexto se dam as condiçons para o ressurgir de um movimento operário centrado nas reivindicaçons laborais, aínda que logicamente também se fará eco de questons de carácter mais político. Em primeiro lugar há sectores políticos activos interessados em impulsionar um novo sindicalismo, além do mais as condiçons objectivas no tocante à situaçom ecónomica e ao nivel de repressom política som infinitamente mais favoráveis do que nas décadas anteriores.

A principal ferramenta que vai empregar este novo sindicalismo serám as Comissons Operárias. Estas nom som na altura a estrutura sindical que hoje existe, senom como o seu próprio nome indica comissons de trabalhadores artelhadas para a proposta de reivindicaçons pontuais no nível de empresa.
As primeiras comissons nasceram na Galiza em 1960 em Ferrol, na Bazám, e extenderám-se nessa década por todo o nosso país assim como polo resto do Estado. A primigénia estrutura das comissons puramente provisional e local dará passo a umha coordenaçom cada vez maior até chegar ao nivel de organizaçom estatal numha assembleia em 1967. Ano no que som ilegalizadas, embora este facto nom consega destrui-las.

As CC.OO. serám o quadro de artelhamento do movimento operário na década de 60 e nos primeiros 70 reconhecida pola práctica totalidade da esquerda operária. Nelas, embora a hegemonia do PCE será aplastante, actuarám também num primeiro momento outras organizaçons mais pequenas mas que progressivamente irám ganhando em influência entre a classe operária

O nascimento do Movimento Operário Galego

A década de 70 trouxo como novidade umha situaçom de crise económica coincidente com o reforçamento de estruturas clandestinas da esquerda operária. O fermento organizativo criado na década anterior consegue impulsionar umha espiral na que os contínuos conflitos laborais golpeiam umha e outra vez a um regime dictatorial ferido de morte.

Nesta tessitura é como chegamos ao ano 1972, data que se tem como ponto fundacional da criaçom do Movimento Operário Galego, como movimento social que por vez primeira assumirá de um jeito consciente as particularidades nacionais da formaçom social galega.

O que se passa no 1972 é que dentro da situaçom de crise económica e conflitividade laboral da que falamos vam-se dar duas grandes greves que terám como cenário os dous centros operários mais senlheiros do nosso país. Em Março será em Ferrol, onde a greve do naval termina com dous operários mortos por disparos da polícia, e no Outono viguês onde a classe operária galega demonstrará a sua combatividade e organizaçom.

Vozeiro obreiro

Nesse contexto de radicalizaçom será precisamente em Vigo onde comece a tomar corpo o desenho de umha prática de acçom operária de carácter nacional. Lá convergem três grupos de activistas que fazendo parte do movimento operário reparam na necessidade de que este tem que actuar de acordo a assunçom de umha realidade nacional particular. Estes três grupos serám o nucleado polo gérmen da Frente Operária da UPG, o colectivo Galicia Socialista e a Organizaçom Operária.

Á partir da experiência de 1972 consolidam-se grupos de acçom sindical que actuando de jeito coordenado, e que serám estruturados pola UPG, pularám por fazer um sindicalismo de corte nacionalista e comunista. Estes núcleos serám os que editarám vozeiros locais como Adiante, Xerme, Galego ou Obradoiro, e um vozeiro nacional, Eixo.

Mas a apariçom desta tendência nacionalista no seio do movimento operário nom vai ser a única, já que na década de 70 a hegemonia do PCE verá-se contestada com a irrupçom dumha multidom de organizaçons políticas do campo da chamada extrema esquerda que nom ficarám fora do movimento operário. Estamos a falar da ORT, o MC, a LCR e umha manchea de organizaçons que pularám por se fazer um oco no seio do movimento operário.

O "pluralismo" sindical

Com a queda da ditadura em 1975 abre-se um período curto de *impasse* no que nom se sabe muito bem o que se passaria com o movimento operário. Ainda que o discurso oficial da maior parte das organizaçons será nalgumha altura o da "unidade sindical", isto é, tender à criaçom de estruturas unitárias no seio das que actuariam as diferentes correntes ligadas às organizaçons; o certo é que quem mais e quem menos se foi situando numha posiçom de preferência para contar com o maior peso possível.

Congresso da INTG

Deste jeito, à altura de 1976 do unitarismo existente no 1972, no que a práctica totalidade da esquerda operária actuava no sindical sob o guarda-chuvas das CCOO, passamos a umha realidade fáctica de pluralismo sindical onde para além da citada organizaçom aparecem o Sindicato Operário Galego e umha série de sindicatos de ramo de influéncia nacionalista que rematarám por converger na ING no 1977; junto a estes a CSUT, cissom das CCOO influída polo PTE; a USO, um sindicato de origem social-cristá que se criara já na década de 60, e que sofrirá umha importante cissom por estas datas a nível estatal que servirá para nutrir a umha refundada UGT; com menor importáncia no nosso pais a CNT, para além de algum sindicato de ramo que nom se ligará a nengumha central.

O evoluir da situaçom política da transiçom tenderá a esclarecer o panorama sindical na Galiza nos seguintes anos. Que em grande medida já a finais de 70 e nos primeiros 80 apresenta um perfil muito semelhante ao que conhecemos na actualidade.

Por umha banda UGT e CCOO, como correias sindicais do PSOE e o PCE, contribuirám à relaxaçom da tensom social existente convertendo-se em instrumentos de pacificaçom laboral.

Na outra, o nacionalismo será a nota discordante que conseguirá sobrevivir ao esfarelamento da esquerda ruturista no resto do Estado. Isto terá a sua traduçom no campo sindical no achegamento entre a ING e a CTG (cindida da CSUT), e posteriormente coa CSG (cissom nacionalista da USO). Este processo de convergência confluiria em 1982 com a criaçom da INTG-Intersindical, central nacionalista na que convergiam todas as correntes da esquerda patriótica da altura.

A consolidaçom de umha central nacionalista em aberto contraste com as outras centrais maioritárias, UGT e CCOO, nom respostava unicamente ao perfil nacional, embora este também era importante. O outro factor a levar em conta é a negativa do sindicalismo nacionalista a tragar com o pactismo das duas centrais que assinaram os Pactos da Moncloa com o governo e a patronal, comprometendo-se a fazer um labor "responsável" e vendendo à classe operária.

Assim a INTG-Intersindical conseguirá converter-se num referente de combatividade e coerência entre a classe operária galega nos primeiros ano na década de 80 enfrontando, muitas vezes em solitário, os golpes das reconversons industriais que punha em andamento o governo do PSOE.

Dos 80 até hoje

O Movimento Operário Galego, ainda conseguiu manter um crescimento relativamente contínuo, nom foi quem de superar um processo de relaxaçom e atonia sociopolítica geralizada que afecta de um jeito progressivamente acelerado à sociedade galega de 80 até hoje.

O Movimento Operário Galego luitou, e nalgumhas ocasions mesmo venceu em conflictos pontuais, mas em termos estruturais nom foi quem de fazer outra cousa que retirar-se paseninhamente após cada nova ofensiva do grande capital.

Além do mais o próprio movimento passou por importantes crises nestes anos. A principal seria a que à altura de 1985 fractura a unidade sindical nacionalista dando pé à fundaçom de duas centrais, a INTG e a CXTG. Fractura que nom é superada até 1994 quando ambas centrais se fusionam na CIG. De bastante menor calado seria a cisom sofrida pola CIG em 1999 que dá lugar a criaçom da CUT.

Em termos gerais o modelo sindical que representa a CIG a dia de hoje continua a se diferenciar claramente do pactismo e entreguismo próprio da UGT e CCOO, mas a central nom foi alheia ao *aggiornamento* sofrido polo nacionalismo maioritário, embora em termos menores aos que este sofre no nível político.

E terminamos assim este sucinto percurso histórico, enquanto já deixaríamos de falar de história e nos colocaríamos no tempo presente.

Conclusons finais

Para acabar quigéramos propor as seguintes conclusons:

-O processo de conformaçom do movimento operário galego é longo e demorado respondendo às condiçons objectivas da clase operária galega. Umha classe pequena numericamente que só pode dar para criar um movimento sindical enquanto atinge uns mínimos de expansom. Situaçom que no País nom se dá até a última década do XIX.

Mobilizaçom da CIG

-A tomada de cosnciência por parte do proletariado da sua situaçom de opressom, ou melhor dito, o processo de comprensom dos mecanismos dessa opressom som comunicados por elementos alheios ao proletariado: federalismo, anarquismo, socialismo, comunismo, nacionalismo; som ideologias que chegam ao movimento operário num primeiro momento da mao de elementos pertencentes a outras classes sociais que tenhem acesso a um nível de instruçom intelectual maior (seria discutível se na actualidade as condiçons de formaçom intelectual geralizadas permitem prescindir desses elementos intelectuais alheios à classe operária).

-Em relaçom com o ponto anterior, estas ideologias apenas chegam a triunfar enquanto conseguem arraigar entre sectores relativamente amplos da classe operária. Para isto tem-se que levar avante um labor de propaganda e formaçom que permita difundir essas ideologias entre as massas, assim como a participaçom directa em dinámicas organizativas.

-A dialéctica entre apoliticismo e politizaçom do movimento operário tem sido umha constante histórica. Constante na que se tem demonstrado que por trás dos discursos "apolíticos" se agacha sempre a defesa do ordenamento "político" em vigor, e que a "politizaçom" do sindical é umha necessidade enquanto a restriçom ao meramente laboral nom pode conseguir mudar as condiçons de exploraçom capitalistas.
Reparemos que as reivindicaçons laborais puras apenas tenhem sofrido modificaçons nos últimos 100 anos, o que nos fai ver que sem a superaçom do capitalismo nom poderá haver avanços reais.

notas

notas

Outras publicaçons

Resoluçons congressuais

- Resoluçons do Congresso Nacional Constituinte. Direito à rebeliom
- Resoluçons do II Congresso Nacional. Erquemos a bandeira do combate juvenil
- Resoluçons do III Congresso Nacional. Tempo de crise, tempo de luita

Circulares de debate e formaçom revolucionária

- Circular nº 1. Atitude militante e métodos de luita
- Circular nº 2. História da esquerda independentista
- Circular nº 3. Fractura do Movimento Juvenil da esquerda independentista

Ferramentas de formaçom e luita

- As drogas como arma de poder adulto. Iñaki Gil de San Vicente
- Marxismo para o Século XXI. Justo de la Cueva e Francisco Martins
- Quem cho impede? Liberdade sexual, o nosso direito. Dossier BRIGA

Referentes para a rebeliom juvenil

- Moncho Reboiras
- 8 de Março · Dia da Mulher Trabalhadora. Lembrar as origens para preparar o combate
- Aproximaçom à história do Movimento Obreiro Galego